MASCULINIDADES EM DISPUTA NO ESPAÇO ESCOLAR: PERFORMATIVIDADES DE GÊNERO E SOCIABILIDADES MASCULINAS NA EDUCAÇÃO

Elaine Cristina dos Santos Silva[1]

INTRODUÇÃO

As discussões sobre gênero têm ocupado lugar cada vez mais significativo no campo das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo diante da necessidade de compreender como diferenças socialmente construídas são transformadas em desigualdades, hierarquias e formas de exercício do poder. Embora durante muito tempo os estudos sobre gênero tenham privilegiado a análise das experiências femininas e das desigualdades vivenciadas pelas mulheres, a compreensão das relações de gênero também exige problematizar os processos sociais por meio dos quais as masculinidades são produzidas, legitimadas e naturalizadas.

Nesse sentido, pensar as masculinidades significa ultrapassar a ideia de que existe uma maneira única, universal ou naturalmente determinada de ser homem. As formas de vivenciar a masculinidade são produzidas historicamente e atravessadas por diferentes relações sociais, culturais e de poder. Os sujeitos aprendem, negociam e incorporam expectativas acerca do que significa ser homem em determinados contextos sociais. Assim, comportamentos relacionados à força, à coragem, à autoridade, à sexualidade, à competitividade ou mesmo à maneira de expressar sentimentos não podem ser compreendidos apenas como características individuais, mas também como elementos integrantes de processos de socialização.

A escola ocupa posição particularmente relevante nesse processo. Enquanto instituição social, ela não se limita à transmissão de conteúdos curriculares. O cotidiano escolar é atravessado por relações entre estudantes, professores, gestores e demais sujeitos que compõem a comunidade educativa. Nessas relações, circulam normas, valores, expectativas e classificações acerca dos corpos e dos comportamentos

[1] Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal De Campina Grande (UFCG)

considerados adequados. Dessa maneira, a escola pode contribuir tanto para a reprodução de determinadas normas de gênero quanto para a sua problematização e transformação.

É nesse espaço que diferentes masculinidades são experimentadas e colocadas em circulação. As interações entre estudantes podem produzir formas de reconhecimento e pertencimento, mas também mecanismos de vigilância, exclusão e deslegitimação daqueles que não correspondem às expectativas dominantes. Brincadeiras, provocações, apelidos, disputas e outras formas de interação podem, dependendo do contexto, funcionar como mecanismos por meio dos quais os sujeitos demonstram e reafirmam sua posição dentro das hierarquias de gênero.

Diante disso, este artigo parte da seguinte questão: de que maneira as práticas de sociabilidade e interação entre estudantes contribuem para a produção, negociação e hierarquização das masculinidades no espaço escolar? O objetivo geral consiste em refletir sobre as formas pelas quais jovens performam masculinidades no ambiente escolar, considerando as relações entre práticas de sociabilidade, reconhecimento entre pares e reprodução de hierarquias de gênero.

Para tanto, desenvolve-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, articulando contribuições dos estudos de gênero, masculinidades, educação e relações de poder. O argumento desenvolvido ao longo do texto é que a escola constitui simultaneamente espaço de reprodução e de disputa das normas de gênero. As masculinidades são produzidas nas relações cotidianas e podem adquirir diferentes posições de legitimidade, de modo que determinadas formas de masculinidade passam a ser valorizadas enquanto outras são inferiorizadas ou consideradas inadequadas.

A discussão está organizada em cinco movimentos principais. Inicialmente, aborda-se o gênero enquanto construção social e relação de poder. Em seguida, discutem-se as masculinidades, com atenção especial à noção de masculinidade hegemônica e à performatividade de gênero. Posteriormente, analisa-se o papel das sociabilidades masculinas e do reconhecimento entre pares na produção das masculinidades no espaço escolar. Na sequência, problematizam-se as relações entre masculinidades, hierarquias e violência simbólica. Por fim, discute-se a escola como espaço simultâneo de reprodução

e contestação das normas de gênero, refletindo sobre as possibilidades de práticas pedagógicas comprometidas com a igualdade e o enfrentamento das violências.

GÊNERO, CONSTRUÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES DE PODER

Compreender as masculinidades requer, inicialmente, problematizar a própria categoria gênero. Durante muito tempo, diferenças entre homens e mulheres foram apresentadas como decorrências naturais das diferenças biológicas entre os sexos. Essa compreensão contribuiu para naturalizar comportamentos, funções sociais e posições hierárquicas, fazendo com que determinadas expectativas fossem apresentadas como características inerentes à condição masculina ou feminina.

Os estudos de gênero possibilitaram deslocar essa compreensão ao demonstrar que as diferenças entre homens e mulheres não podem ser reduzidas à dimensão biológica. Scott (1995) propõe compreender o gênero como uma categoria de análise histórica, constituída por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de significar relações de poder. Essa perspectiva permite observar que aquilo que em determinado contexto é compreendido como próprio dos homens ou das mulheres não é simplesmente dado pela natureza, mas construído socialmente.

A importância dessa perspectiva reside justamente na possibilidade de questionar a naturalização das desigualdades. Se determinadas características são apresentadas como naturalmente masculinas, por exemplo, a força, a racionalidade, a autoridade ou a ausência de demonstrações de vulnerabilidade, torna-se mais difícil questionar as relações sociais que sustentam essas expectativas. Quando compreendemos, entretanto, que tais características são produzidas historicamente, abre-se a possibilidade de investigar os mecanismos sociais que as constroem e reproduzem.

A discussão sobre gênero também precisa ser articulada à noção de poder. Em Foucault (1988), o poder não deve ser compreendido exclusivamente como algo localizado em uma instituição ou exercido verticalmente por um sujeito sobre outro. As relações de poder atravessam as relações sociais e se exercem por meio de práticas, discursos, normas e mecanismos de regulação dos corpos e dos comportamentos.

Essa compreensão é particularmente importante para pensar o cotidiano escolar. As normas de gênero não precisam aparecer necessariamente sob a forma de uma regra explícita para produzir efeitos. Elas podem atuar por meio de expectativas aparentemente banais acerca de como meninos e meninas devem se comportar, falar, vestir-se, relacionar-se e expressar seus sentimentos.

A escola, portanto, constitui um espaço no qual os sujeitos aprendem não apenas conteúdos formais, mas também formas socialmente reconhecidas de comportamento. Louro (1997) chama atenção para o fato de que a educação e as instituições escolares participam da produção dos corpos e das identidades de gênero. O corpo escolarizado é atravessado por normas e práticas que indicam maneiras consideradas adequadas de ocupar espaços, estabelecer relações e expressar-se.

Nesse sentido, compreender a escola como espaço de produção de gênero significa reconhecer que as relações escolares são também relações sociais. A maneira como determinados comportamentos são valorizados, ignorados, punidos ou ridicularizados pode contribuir para estabelecer fronteiras entre aquilo que é considerado aceitável e aquilo que é percebido como inadequado.

É justamente nesse processo que a construção das masculinidades ganha importância. Se gênero constitui uma relação social e de poder, a masculinidade também precisa ser compreendida como uma posição construída dentro dessas relações. Não se trata, portanto, de perguntar simplesmente "o que é ser homem?", mas de investigar **como determinadas formas de ser homem tornam-se socialmente reconhecidas como legítimas**.

MASCULINIDADES, HEGEMONIA E PERFORMATIVIDADE

Pensar em masculinidades no plural constitui um passo fundamental para afastar a ideia de que todos os homens vivenciam ou expressam sua masculinidade da mesma maneira. As experiências masculinas são atravessadas por classe, raça, sexualidade, geração, território, religião e outros marcadores sociais. Assim, diferentes sujeitos podem ocupar posições distintas dentro das relações de gênero.

Connell (1995) contribui significativamente para essa discussão ao propor o conceito de masculinidade hegemônica. A hegemonia não significa que todos os homens

correspondam integralmente a determinado modelo, mas que certas formas de masculinidade adquirem maior legitimidade social e passam a funcionar como referência diante da qual outras masculinidades são avaliadas.

A masculinidade hegemônica, portanto, não deve ser compreendida como uma característica fixa de indivíduos específicos. Trata-se de uma configuração de práticas que, em determinado contexto, contribui para legitimar uma posição dominante nas relações de gênero. Essa perspectiva também permite compreender que existem relações hierárquicas entre os próprios homens.

Algumas formas de masculinidade podem ser socialmente valorizadas, enquanto outras são colocadas em posições inferiores. Homens considerados frágeis, excessivamente sensíveis, pouco agressivos ou que não correspondam às expectativas heteronormativas, por exemplo, podem ser alvo de processos de deslegitimação. Desse modo, a produção das masculinidades envolve também processos de diferenciação e exclusão.

Essa discussão aproxima-se da compreensão de gênero apresentada por Butler (2003). Ao questionar concepções essencialistas do gênero, a autora chama atenção para o caráter reiterativo das práticas por meio das quais identidades de gênero tornam-se socialmente inteligíveis. O gênero não é simplesmente algo que o sujeito possui; ele é produzido e reiterado através de práticas corporais, discursivas e sociais.

A noção de performatividade é especialmente produtiva para pensar as masculinidades no espaço escolar. Os estudantes não precisam declarar permanentemente "sou masculino" para produzir determinada representação de masculinidade. Essa produção ocorre por meio de práticas cotidianas: modos de falar, gesticular, ocupar espaços, estabelecer relações, responder a conflitos, demonstrar coragem, lidar com emoções e relacionar-se com outros estudantes.

A masculinidade, dessa forma, é constantemente reiterada e reconhecida nas interações sociais. O que interessa, portanto, não é apenas o comportamento individual, mas a relação entre esse comportamento e as expectativas presentes no grupo social.

Um estudante que demonstra força em determinada situação pode receber reconhecimento dos colegas; aquele que demonstra medo ou vulnerabilidade pode, em

determinados contextos, ser alvo de ridicularização. O que está em jogo é a existência de mecanismos sociais que definem quais performances são consideradas legítimas e quais são vistas como inadequadas.

Essa dimensão relacional é fundamental. A masculinidade não é produzida isoladamente, mas nas relações com outros sujeitos. Os pares participam ativamente desse processo ao reconhecer, questionar ou deslegitimar comportamentos.

Dessa forma, a construção das masculinidades pode ser entendida como um processo contínuo de negociação. Os sujeitos precisam, em determinadas situações, demonstrar que correspondem às expectativas de seu grupo, ao mesmo tempo em que essas próprias expectativas são constantemente reproduzidas e transformadas.

A escola constitui um espaço privilegiado para observar esse processo porque nela os jovens estabelecem relações intensas e cotidianas com grupos de pares. É nesse universo relacional que masculinidades podem ser experimentadas, comparadas, hierarquizadas e disputadas.

4 SOCIABILIDADES MASCULINAS E RECONHECIMENTO ENTRE PARES

As relações entre pares desempenham papel fundamental na construção das identidades juvenis. Durante a experiência escolar, os estudantes participam de grupos nos quais determinadas práticas são valorizadas e outras rejeitadas. O pertencimento a esses grupos pode depender da capacidade de compreender e reproduzir códigos compartilhados.

No caso das masculinidades, isso significa que determinados comportamentos podem funcionar como mecanismos de reconhecimento entre os meninos. Demonstrar coragem, disposição para competir, resistência física, capacidade de enfrentar conflitos ou determinadas formas de expressão da sexualidade pode constituir, dependendo do contexto, recursos simbólicos para conquistar reconhecimento.

Esse processo não ocorre de maneira homogênea. Nem todos os grupos escolares valorizam exatamente os mesmos comportamentos. Daí a importância de compreender as masculinidades em sua dimensão contextual e relacional. O que é considerado uma masculinidade legítima em determinado grupo pode ser questionado em outro.

Ainda assim, é possível identificar mecanismos recorrentes de produção das fronteiras entre masculinidade legítima e masculinidade considerada inadequada. A provocação, a piada, o apelido e a ridicularização podem atuar como formas de regulação dos comportamentos.

Nesse contexto, a brincadeira não deve ser automaticamente interpretada como violência. O problema sociológico está em observar como determinadas brincadeiras são construídas, contra quem são direcionadas e quais normas sociais ajudam a sustentar seu significado. Uma piada aparentemente trivial pode funcionar como mecanismo de reafirmação de uma hierarquia quando serve para indicar que determinado comportamento não corresponde ao que se espera de um "verdadeiro homem".

É nesse sentido que a sociabilidade masculina pode apresentar uma dimensão ambivalente. As relações entre os pares podem produzir amizade, solidariedade e pertencimento, mas também podem funcionar como mecanismos de vigilância e controle.

O reconhecimento dos pares possui, portanto, uma dimensão importante na produção das masculinidades. O sujeito não apenas realiza determinada prática; ele busca, em alguma medida, que essa prática seja reconhecida como legítima dentro do grupo.

Isso ajuda a compreender por que determinadas demonstrações de masculinidade podem ser repetidas mesmo quando produzem consequências negativas. Se uma prática oferece reconhecimento social, ela pode adquirir valor para o sujeito que a realiza. O comportamento passa, então, a ser relacionado não somente à identidade individual, mas também à posição ocupada dentro do grupo.

Pierre Bourdieu (2002), ao discutir a dominação masculina, permite compreender como as estruturas sociais podem ser incorporadas pelos sujeitos e reproduzidas por meio de práticas cotidianas. A ordem social tende a apresentar determinadas relações como naturais, fazendo com que hierarquias historicamente construídas sejam percebidas como evidentes.

Aplicada ao contexto escolar, essa perspectiva permite observar como determinadas expectativas sobre os meninos podem tornar-se tão naturalizadas que deixam de ser percebidas como normas. A exigência de que meninos sejam fortes, corajosos, competitivos ou emocionalmente contidos pode ser reproduzida sem que os

sujeitos envolvidos necessariamente reconheçam essas práticas como mecanismos de regulação de gênero.

A sociabilidade, portanto, constitui um dos espaços nos quais a masculinidade é continuamente produzida. Não se trata apenas de aprender "como ser homem" em casa ou através dos meios de comunicação. Os próprios pares participam ativamente desse processo, reconhecendo determinadas práticas e sancionando outras.

HIERARQUIAS, VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E CONTROLE DAS MASCULINIDADES

A existência de diferentes masculinidades não significa ausência de hierarquia. Pelo contrário, uma das contribuições centrais da perspectiva das masculinidades consiste justamente em demonstrar que as relações entre homens também são atravessadas por disputas de poder.

A masculinidade hegemônica funciona como uma referência que contribui para estabelecer quais comportamentos possuem maior legitimidade. Aqueles que não correspondem ao padrão dominante podem ser colocados em posições inferiores.

Essa hierarquização pode ser percebida no ambiente escolar por meio de processos de exclusão, ridicularização e deslegitimação. Aquele que não apresenta os comportamentos considerados masculinos pode tornar-se alvo de mecanismos de correção social.

O controle da masculinidade, portanto, não é exercido somente pelas instituições formais. Ele também ocorre entre os próprios estudantes. O grupo de pares pode atuar como instância de vigilância, indicando aos sujeitos quais comportamentos são aceitos e quais precisam ser evitados.

Nesse ponto, a contribuição de Bourdieu (1998; 2002) sobre violência simbólica torna-se relevante. A violência simbólica ocorre quando relações de dominação são incorporadas e reconhecidas como legítimas, contribuindo para sua reprodução. Não depende necessariamente de uma violência física explícita. Ela pode operar por meio da linguagem, dos gestos, das classificações e das expectativas socialmente compartilhadas.

No espaço escolar, isso significa que a violência de gênero pode assumir formas sutis e cotidianas. Um estudante pode ser constantemente lembrado de que determinado

comportamento “não é coisa de homem”; outro pode ser ridicularizado por demonstrar sentimentos; outro pode ser pressionado a provar sua coragem diante dos colegas.

Tais práticas podem parecer isoladas, mas sua repetição contribui para produzir fronteiras simbólicas. Determinados comportamentos tornam-se masculinos; outros passam a ser classificados como femininos ou inadequados.

A violência simbólica atua justamente porque essas classificações podem ser percebidas como naturais. O sujeito que sofre a deslegitimação pode, inclusive, incorporar a própria classificação que lhe é atribuída, passando a compreender sua diferença como inadequação.

A análise das masculinidades no espaço escolar, portanto, precisa considerar não apenas a existência de comportamentos violentos, mas também os processos sociais que conferem legitimidade a determinadas formas de masculinidade.

Nesse sentido, torna-se importante distinguir a masculinidade da violência. Não se trata de afirmar que todo comportamento masculino é violento ou que homens são naturalmente violentos. Tal interpretação reproduziria justamente o essencialismo que os estudos de gênero procuram questionar.

O que está em discussão é o modo como determinados modelos de masculinidade podem estabelecer relações positivas entre atributos masculinos e práticas de dominação, controle ou agressividade. Quando determinados comportamentos são constantemente valorizados como demonstrações de força, coragem ou virilidade, cria-se um contexto no qual a violência pode ser apresentada como recurso legítimo para conquistar reconhecimento.

Por isso, problematizar masculinidades significa também ampliar as possibilidades de existência dos sujeitos. Se um menino pode demonstrar medo, afeto, vulnerabilidade ou cuidado sem que isso coloque em dúvida sua masculinidade, amplia-se o campo das experiências consideradas legítimas.

A transformação, portanto, não depende simplesmente de ensinar aos estudantes que determinados comportamentos são “errados”. É necessário questionar os sistemas de significado que fazem com que esses comportamentos sejam valorizados em primeiro lugar.

A ESCOLA ENTRE A REPRODUÇÃO E A DISPUTA DAS NORMAS DE GÊNERO

A análise desenvolvida até aqui permite compreender a escola como espaço contraditório. Por um lado, ela pode reproduzir normas e hierarquias de gênero; por outro, pode constituir um espaço privilegiado para questioná-las.

Essa ambivalência é importante porque impede que a escola seja compreendida apenas como instituição responsável pela reprodução das desigualdades. Se as normas sociais fossem simplesmente reproduzidas de maneira automática, não haveria espaço para mudança.

As relações escolares são marcadas por conflitos, negociações e disputas. Os estudantes não recebem passivamente as normas de gênero. Eles também as reinterpretam, contestam e transformam. Existem, portanto, possibilidades de emergência de masculinidades que não correspondam ao modelo hegemônico.

Essa compreensão é fundamental para pensar a educação. Se a escola participa da produção das masculinidades, ela também pode participar da construção de outras possibilidades de vivência do masculino.

Isso não significa impor aos estudantes uma nova forma "correta" de ser homem. Uma perspectiva pedagógica comprometida com a igualdade de gênero precisa, antes, questionar a própria ideia de que exista uma única maneira legítima de ser homem.

Nesse sentido, trabalhar masculinidades na educação significa criar condições para que os estudantes reconheçam a pluralidade das experiências masculinas e compreendam como determinadas normas podem produzir desigualdades e violências.

As práticas pedagógicas podem contribuir para esse processo quando possibilitam discutir temas como relações de gênero, emoções, violência, sexualidade, respeito, diversidade e masculinidades. Mais do que acrescentar conteúdos isolados ao currículo, trata-se de construir uma perspectiva educativa capaz de questionar as relações de poder presentes no cotidiano.

A formação docente também assume importância nesse processo. Professores e professoras precisam estar preparados para identificar situações nas quais normas de gênero estejam produzindo exclusão ou violência. Isso requer superar a compreensão de

que determinadas brincadeiras, apelidos ou comportamentos são simplesmente “coisas de criança” ou “coisas de menino”.

A naturalização dessas práticas pode contribuir para sua reprodução. Quando uma situação de humilhação é interpretada apenas como brincadeira, perde-se a possibilidade de questionar a norma social que sustenta aquela prática.

A educação pode, portanto, atuar na construção de outras formas de sociabilidade. Em vez de exigir dos meninos demonstrações permanentes de força, competitividade ou invulnerabilidade, pode favorecer espaços nos quais diferentes formas de expressão sejam reconhecidas.

Essa perspectiva também é importante para o enfrentamento das violências contra as mulheres. Embora o presente artigo não reduza as masculinidades à violência, compreender como determinadas normas de masculinidade são construídas permite problematizar as condições sociais que podem contribuir para práticas de dominação e controle.

A educação para a igualdade de gênero não deve ser compreendida, portanto, como uma intervenção destinada apenas às meninas. Os meninos também precisam ser incluídos nas discussões sobre gênero, relações de poder e violência. Problematizar as masculinidades significa oferecer aos jovens ferramentas para compreender criticamente as expectativas sociais que atravessam suas experiências.

Nesse sentido, a escola pode transformar-se em espaço de produção de outras possibilidades de masculinidade: masculinidades que não dependam da violência para produzir reconhecimento; que permitam a expressão de sentimentos; que valorizem o cuidado; que não tenham sua identidade sustentada pela inferiorização de mulheres ou de outros homens. A questão fundamental não é substituir uma norma por outra, mas ampliar as possibilidades de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste artigo buscou refletir sobre a construção social das masculinidades no espaço escolar, considerando as relações entre performatividade de gênero, sociabilidade, reconhecimento entre pares e hierarquias de gênero.

Partiu-se da compreensão de que gênero não constitui uma essência natural, mas uma construção histórica e social atravessada por relações de poder. A partir dessa perspectiva, tornou-se possível compreender as masculinidades como processos relacionais e plurais, produzidos por meio de práticas cotidianas e constantemente negociados nos diferentes espaços de socialização.

A escola apresenta-se como espaço particularmente importante nesse processo. Nela, os sujeitos estabelecem relações cotidianas com seus pares, experimentam formas de pertencimento e entram em contato com diferentes expectativas sobre comportamentos considerados adequadamente masculinos.

A análise permitiu observar que a produção das masculinidades envolve também processos de reconhecimento e hierarquização. Determinadas práticas podem ser valorizadas entre os pares, enquanto outras são deslegitimadas. Assim, as masculinidades não são apenas múltiplas, mas também ocupam posições diferenciadas dentro das relações sociais.

Nesse processo, a violência simbólica assume relevância. A imposição de determinadas normas de masculinidade pode ocorrer de maneira sutil, através de brincadeiras, classificações, apelidos, ridicularizações e outras práticas cotidianas. Quando essas ações são naturalizadas, contribuem para a reprodução das hierarquias de gênero.

Entretanto, reconhecer a participação da escola na reprodução das normas não significa concebê-la como espaço exclusivamente reprodutor. Ao contrário, a escola também constitui um espaço de disputa. As normas podem ser questionadas, reinterpretadas e transformadas.

Essa dimensão é fundamental para pensar as possibilidades de atuação pedagógica. Problematizar as masculinidades significa criar condições para que os estudantes compreendam criticamente as expectativas sociais que atravessam suas experiências e reconheçam que não existe uma única maneira legítima de ser homem.

Nesse sentido, o enfrentamento das desigualdades de gênero demanda práticas educativas que ultrapassem a transmissão de conteúdos e estejam atentas às relações estabelecidas no cotidiano escolar. A formação para a igualdade passa também pela possibilidade de construir relações nas quais meninos e jovens possam expressar sentimentos, estabelecer

vínculos de cuidado, reconhecer diferenças e questionar formas de violência sem que essas práticas sejam interpretadas como ameaças à sua masculinidade.

Conclui-se, portanto, que problematizar as masculinidades no campo educacional constitui uma tarefa relevante não apenas para compreender as relações de gênero, mas também para enfrentar mecanismos cotidianos de exclusão e violência. A escola, enquanto espaço de socialização, pode contribuir para a reprodução de hierarquias, mas também pode produzir deslocamentos e novas possibilidades de existência.

Pensar masculinidades na educação significa, assim, perguntar não somente que tipo de homem a sociedade produz, mas também que outras formas de ser homem podem ser construídas quando as normas que sustentam as desigualdades passam a ser questionadas. É nesse espaço de disputa que a educação pode assumir papel fundamental na construção de relações mais igualitárias e na prevenção das violências de gênero.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Robert W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.